



## UMA HISTÓRIA NEGADA: DIÁLOGOS COM A LEI 10.639

*Rafael Domingos Rocha<sup>1</sup>*

**Resumo:** Durante anos a história do negro no Brasil foi negada e estigmatizada. Desde os primórdios da escravidão africana, os escravos e libertos se contrapõem ao regime por meio da resistência: fugas, comunidades secretas, organizações de quilombos, irmandades e reelaborações de religiões. A participação dos negros foi/é de grande relevância no campo tecnológico, no campo científico, no campo cultural, na literatura e outros mais. O objetivo desse artigo é apresentar a experiência do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência História Cultura Literatura Africana e Afro-brasileira, conhecido como Pibid-afro da Universidade Federal de Ouro Preto, como uma estratégia não só para implementação da lei 10.639/03, na região dos inconfidentes, mas como importante ferramenta de discurso e práticas antirracistas. Para tal, pretendo abordar brevemente alguns movimentos que podemos considerar como de resistência e que mostra o quanto o povo negro vem se organizando a ponto de desembocar uma lei em 2003 que prevê o ensino da história da cultura africana e afro-brasileira nos currículos das escolas.

**Palavras-chave:** escravidão; resistência; pibid-afro

### A HISTORY DENIED: DIALOGUES WITH LAW 10.639

**Abstract:** For years the history of the Negro in Brazil was denied and stigmatized. From the earliest days of African slavery, slaves and freedmen are opposed to the regime by means of resistance: escapes, secret communities, quilombos organizations, brotherhoods, and re-elaborations of religions. The participation of blacks was / is of great relevance in the technological field, in the scientific field, in the cultural field, in literature and others. The purpose of this article is to present the experience of the Institutional Scholarship Program of Teaching Initiation History Culture African and Afro-Brazilian Literature, known as Pibid-afro of the Federal University of Ouro Preto, as a strategy not only for the implementation of the law 10.639/03, in the region of the inconfidentes, but as an important tool of discourse and antiracist practices. To this end, I intend to briefly discuss some of the movements that we can consider as resistance, and which show how black people have organized to the point where a law is enacted in 2003 that provides for the teaching of the history of African and Afro-Brazilian culture in school curricula.

**Keywords:** slavery; resistance; pibid-afro

### UNE HISTOIRE NIÉE: DIALOGUES AVEC LA LOI 10 639

**Résumé:** Pendant des années, l'histoire du noir au Brésil a été niée et stigmatisée. Depuis les premiers jours de l'esclavage africain, les esclaves et les affranchis ont des contrastes avec le régime par la résistance: évasions, communautés secrètes, organisations de marronnages, confréries et réélaborations de religions. La participation des Noirs a été/est d'une grande importance dans le domaine technologique, dans le domaine de la science, dans le domaine culturel, dans la littérature et d'autres plus. Le but de cet article est de présenter l'expérience du programme institutionnel de la bourse d'initiation à la culture de l'histoire de l'enseignement de la littérature africaine et afro-brésilienne, connue sous le nom Pibid-afro de Universidade Federal de Ouro Preto, comme une stratégie non seulement pour la mise en œuvre de Loi

---

<sup>1</sup>Graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.



10.639/03, dans la région des Inconfidentes, mais comme outil important de la parole et des pratiques anti racistes. Pour ce faire, je tiens à aborder brièvement certains mouvements que nous pouvons considérer comme une résistance et qui montre combien le peuple noir ont été l'organisation au point de couler une loi en 2003 qui prévoit l'enseignement de l'histoire de la culture africaine et brésilienne dans les programmes scolaires des écoles .

**Mots-clés:** esclavage; résistance; pibid-afro

### UNA HISTÓRIA NEGADA: DIÁLOGOS CON LA LEY 10.639

Resumen: La historia del negro en Brasil fue negada y estigmatizada. Desde los primordiales de la esclavitud africana, los esclavos y libertos se oponían al régimen por medio de la resistencia: fugas, comunidades secretas, organizaciones de quilombos, hermandades y reelaboraciones de religiones. La participación de los negros fue/ es de gran relevancia en el campo tecnológico, en el campo científico, en el campo cultural, en la literatura y otros más. El objetivo de este artículo es presentar la experiencia del Programa Institucional de Beca a la Iniciación a la Docencia Historia Cultura Literatura Africana y Afro- Brasileña, conocido como Pibid-afro de la Universidad Federal de Oro Preto, como una estrategia no solo para la implementación de la ley 10.639/03, en la región de los inconfidentes, pero como importante herramienta de discurso y prácticas antirracista. Para tal, pretendo abordar brevemente algunos movimientos que podemos considerar como de resistencia y que muestra el cuanto el pueblo negro se ha organizado a punto de lograr una ley en 2003 que prevé la enseñanza de la historia de cultura africana y afro-brasileña en los currículos de las escuelas.

**Palabras-clave:** esclavitud; resistencia; pibid-afro

### REVISITANDO O PASSADO

É imprescindível não pensar na contribuição, seja na mão-de-obra ou na construção do saber, dos africanos e afro-brasileiros na construção do Estado Nacional. Nessa primeira etapa, iremos analisar a condição do africano no Brasil do século XVIII e XIX. Começamos, pois, rememorando escrita do genial Abdias do Nascimento:

O papel do negro escravo foi decisivo para os começos da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. (Nascimento, 1978)

É preciso pensar, ademais, que o africano escravizado não pôde desfrutar de quaisquer valor monetário tampouco obteve lucros significativos de tal relação estrutural de exploração, lucro que ficava em grande parte para os negociantes e/ou proprietários.



Partindo dessa pequena introdução e debruçando sobre a fala da poetisa de primeira grandeza, Conceição Evaristo<sup>2</sup>, que conta-nos que

é necessário [re]lembrar as memórias doloridas; pois são boas lembranças, quando se consegue sair do estado de dor. No caso dos brasileiros, mais precisamente os afro-brasileiros, carregam a memória da escravidão para celebrar as resistências. Não há como pensar na história do Brasil sem pensar a história da escravidão.<sup>3</sup>

Em vista disso, pretendemos, a seguir, traçar algumas resistências (escravas!) ocorridas ao longo da história do Brasil. Mas veja bem, eu disse algumas, pois a lista se estenderia ao infinito e tal artigo não nos permite, por motivo de muito se delongar, realizar tal ponderação.

Ante do mais, no entanto, é preciso analisar as formas de resistência. A historiografia atual, sobretudo os estudos do historiador João José Reis<sup>4</sup>, permite-nos pensar que resistência escrava não é igual a rebelião escrava. Resistência, pois, poderia ser, fazer corpo mole na hora de trabalhar, tomar certas bebidas para simular doenças (e assim não ir trabalhar), manipular o senhor para receber certas regalias; pode-se, também, considerar forma de resistência a manifestação cultural como: as práticas religiosas, como o candomblé, e a capoeira. Reis ressalta que:

Nem toda revolta visava destruição do regime escravocrata, ou mesmo a liberdade dos escravos nela envolvidos. Muitas visavam apenas corrigir excessos de tirania, diminuir até um limite tolerável a opressão, reivindicando benefícios específicos – às vezes a reconquista de ganhos perdidos – ou punindo feitores particularmente cruéis. Eram levantes que almejavam reformar a escravidão, não destruí-las. (1996, p.22)

Podemos começar com a sempre citada revolta de Santana. Os registros historiográficos apontam que no ano de 1789

[...] os rebeldes submeteram ao senhor um tratado com as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Dentre elas, o reconhecimento de direitos ligados às condições do volume de tarefas, o cultivo de roças de subsistência, eleição do feitor e celebração de festa, sem que fosse necessário pedir licença. (REIS, 1989, p.6)

<sup>2</sup> Numa entrevista ao vídeo *'Becos da Memória – Ocupação Conceição Evaristo'*.

<sup>3</sup> Disponível em://www.youtube.com/watch?v=-DEVLDHaRtQ

<sup>4</sup> REIS, 1986.

O Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI)<sup>5</sup> da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Comitê Científico Internacional do Projeto da UNESCO, reuniu pesquisadores e professores renomados, das mais diversas áreas, para elaborar um trabalho denominado de ‘Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil’. Tal organização tem o intento de mapear alguns “locais onde é possível lembrar a chegada dos africanos ou identificar as marcas de sua presença e intervenção.”

O verbete do LABHOI, nessa ocasião, é sumariamente dividido em sete partes, dos quais, o que mais nos interessa é o capítulo seis – Revoltas e Quilombos –, em que os pesquisadores ponderam algumas das insurreições escravas ocorridas ao longo dos séculos XVIII e XIX. São elas: Negro Cosme/Balaiada (Vale do Itapecuru – MA); Quilombo do Catucá/Malunguinho (Recife – PE); Quilombo de Palmares (União de Palmares – AL); Quilombo do Buraco do Tatu (Salvador – BA); Engenho Santana (Ilhéus – BA); Bairro de Itapoan (Salvador – BA); Ladeira da Praça (Salvador – BA); Campo da Pólvora (Salvador – BA); Largo do Pelourinho (Salvador – BA); Carrancas (Cruzília – MG); Sítio Histórico do Patrimônio Kalunga (Cavalcanti, Monte Alegre e Teresinha – GO); Manoel Congo (Vassouras/Paty do Alferes – RJ) e Quilombo Maria Conga (Magé – RJ).

Reis explica-nos que a terminologia da palavra *quilombo* deriva de *Kilombo*, “uma sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou mbangala), estes formados por gentes de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades.” (1996, p.16) Sugere-nos, ainda, que foi após a União de Palmares que o termo *quilombo* se consolidou, antes, contudo, dizia-se mocambo.

O sociólogo, jornalista, historiador e escritor, Clóvis Steiger de Assis Moura, conta-nos que o quilombo englobava “não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas” (1992, p.24-25).

Pensamos, pois, o quilombo como um caldeirão cultural. Tal argumento pode ser comprovado com as pesquisas arqueológicas na Serra da Barriga (atual município de

---

<sup>5</sup> Idem 3



União de Palmares e antigo quilombo de Palmares) local onde têm-se recolhido um grande volume de cerâmica indígena, o que nos mostra uma interação multifacetária cultural, neste caso a produção material da cultura nativa, os índios.

Chegamos ao final desse subtítulo elaborando a seguinte indagação: Pode o africano escravizado ser considerado introvertido e marionete do senhor? Ora, se o leitor estiver atento, verá que o próprio cativo desenvolveu mecanismos e manobras para ludibriar o senhor. Por meio da inteligência ele sabia, e muito bem, conseguir alguma *benesse*, seja através da resistência, em que o escravo fazia “greve” e negociava o retorno ao trabalho com o senhor, seja por meio de revoltas. Não obstante é preciso ser dito que nem sempre, quase nunca, as condições fossem das melhores, haja vista o número eloquente de castigos para com o escravizado.

### NO PÓS-ABOLIÇÃO. “NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE”

Vimos até aqui que sempre houve a resistência do negro à escravidão. A insurgência escrava ocorreu, deste lado do Atlântico, desde que aqui pisaram. Sempre que penso em resistência lembro-me da obra *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU* de Florentina da Silva Souza. Nesse livro, a autora, sempre muito convicta e coerente, analisa o caminho percorrido pelos afrodescendentes, desde o período da escravidão até o dia da fundação do periódico *NÊGO: Boletim Informativo do MNU-BA*, que anos mais tarde, com muito mais abrangência, veio a se chamar *Jornal do Movimento Negro Unificado*. Souza (2005) observa que é

[...] impossível de ser contida, a voz do afro-descendente que se fez ouvir nas fugas, revoltas, pequenas sedições, atrasos e negligência no trabalho durante a escravidão, nos cantos religiosos e de trabalho conhecidos em todos os países da diáspora faz eco nos textos que se apresentam como marcos de construção identitária.

A historiografia recente, juntamente com o Movimento Negro, vem apontando que o término do regime escravocrata era para ter tido fim em 1831, ano em que foi decretada a lei de proibição do tráfico negreiro. Porém, a lei se acata mas não se cumpriu, foi entre os idos de 1834 a 1850<sup>6</sup> que tivemos o recrudescimento de navios negreiros

---

<sup>6</sup>Fim do tráfico transatlântico. Cabe lembrar que a partir de 1850 ainda houve a escravidão interprovincial.



nos portos do Brasil. Temos, nesses 19anos, a inserção de aproximadamente 740 mil africanos em condição de escravos no solo brasileiro.

Não é novidade que a escravidão termina legalmente no 13 de Maio de 1888. E tampouco é novidade que o governo não deu quaisquer tipos de suporte para essa população de (ex)cativos. O que houve foi uma espécie de soltura, pois não foi criado políticas de proteção e maior igualdade, seja no sistema educacional, seja no mercado de trabalho.

Desde 1870, data dos primeiros imigrantes no Brasil, que os ex-escravos já enfrentavam dificuldades para conseguir lugar e espaço no mercado de trabalho. No pós-abolição tal quadro se acentuou e se agravou. Ontem eram os africanos escravizados. Hoje são os negros discriminados. Cito Nascimento (1978)

“as comunidade africanas no Brasil sofrem contínua intimação policial tanto as pessoas na via pública, como suas organizações culturais e religiosas: até hoje as religiões afro-brasileiras permanecem como as únicas entidades religiosas forçadas, obrigatoriamente, ao arbitrário registro policial.”

A formação da Frente Negra Brasileira se deu nos anos de 1931 com o papel de conscientizar a população negra a se reconhecer como tal, com intento de somar o maior número de militantes para lutar contra a discriminação racial. Chamada de escola Frente Negra, localizava-se em São Paulo – Capital –, contendo o departamento esportivo, feminino, educacional e o departamento de instrução moral e cívico. Por ser um movimento extremamente ordeiro formou novas delegações no Rio de Janeiro, na Bahia, no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

De cunho nacionalista e democrático não demorou muito para ser reconhecido como partido político em 1936 e foi fechada dois anos mais tarde. É preciso registrar que fora a entidade de afrodescendentes mais importante na primeira metade do século passado, tanto no campo social quanto no campo político. O livro *Frente Negra Brasileira* trás, em suas páginas, inúmeros depoimentos de homens e mulheres que participaram da Frente Negra Brasileira. Por considerar de suma importância para o(a) leitor(a) deixo, abaixo, um relato:

A Frente Negra foi um movimento social que ajudou muito nas lutas pelas posições do negro aqui em São Paulo. Existiam diversas entidades negras. Todas essas entidades cuidavam da parte recreativa e social, mas a Frente veio com um programa de luta para conquistar posições para o negro em todos os



setores da vida brasileira. Um dos seus departamentos, inclusive, enveredou pela questão política, porque nós chegamos à conclusão de que, para conquistar o que desejávamos, teríamos de lutar no campo político, teríamos de ter um partido que verdadeiramente nos representasse. A consciência que existia na época eu acho que era muito mais forte que a que existe agora. Quando o negro sente uma pressão, quando qualquer agrupamento humano sente uma pressão, procura um meio de defesa. A pressão era tão forte que muitos jornais publicavam: “Precisa-se de empregado, mas não queremos de cor. (Trecho extraído do depoimento de Francisco Lucrecio para o livro *Frente Negra Brasileira*)<sup>7</sup>

É impossível escrever esse artigo sem mencionar a atuação e militância de Abdias do Nascimento na frente do Teatro Experimental Negro (TEN), que defendia os direitos a cultura e a identidade do negro brasileiro. O intento do TEN é exaltar a profunda dimensão política da arte, da estética, ao lutar contra a discriminação racial e de cor, pois “quando um ator ou atriz de origem africana tinha a oportunidade de pisar um palco, era, invariavelmente, para representar um papel exótico, grotesco ou subalterno; um dos muitos estereótipos negros destituídos de humanidade, tais como a criadinha de fácil abordagem sexual, o moleque careteiro levando cascudo” (Nascimento, 1978), o malandro que não gosta de trabalho, desprovido de quaisquer inteligências.

As marcas resultantes desse desejo no imaginário do povo brasileiro é presente até nos dias atuais. Data daí a importância da fundação do TEN em 1944:

Na tentativa de contrapor a essas forças de postergação da raça negra uma barreira social, o Teatro Experimental do Negro (TEN) formou um corpo de atores e atrizes negros, os primeiros que jamais existiram fora dos estereótipos mencionados antes. Paralelamente o TEN não negligenciou a criação de textos dramáticos nos quais se refletia a experiência negro-africana. Nesses textos o afro-brasileiro poderia ver refletida, com respeito, sua personalidade humana. Um teatro que reconheceria sua dignidade como ser humano e como negro. (...) O TEN em resumo vem sendo um protesto ativo contra uma sociedade que aspira ser latina, branca, europeia, a qual para atingir tais objetivos não hesita em apagar a verdadeira natureza cultural e ética da metade da população: os descendentes da África. (Nascimento, 1978)

Não obstante, é falso crer que o Brasil é um país singular, único paraíso da democracia racial, fundado na valorização do mestiço. É curioso pensar que a luta travada por Abdias em 1944 é uma luta que atual. O documentário *A Negação do Brasil* ou o livro, de mesmo nome, do escritor, diretor e cineasta Joel Zito Araújo, retrata a

---

<sup>7</sup>Ver o livro *A Frente Negra Brasileira*.

representação do negro na Tv, fazendo sempre personagens estereotipados e negativos.

Consoante Araújo (2000) os principais pontos de crítica foram que:

1) os negros são representados através de estereótipos negativos; 2) existe uma total invisibilidade da ação positiva dos negros; 3) a cultura negra é vista como folclore, e não como parte da cultura popular e da constituição do imaginário e das preferências do povo brasileiro; 4) o negro como elemento de diversão para os brancos, e não para si mesmo e seu eu grupo étnico; e 5) a apresentação do negro como pobre e favelado está na estrutura rotineira dos noticiários.

O documentário conta com depoimentos de atores como Ruth Souza, Milton Gonçalves, Zezé Motta, Maria Ceíça, entre outros mais, que contam suas experiências e discutem o preconceito contra artistas negros.

Descrito esse episódio vamos dar um salto, vamos à fundação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), posteriormente Movimento Negro Unificado (MNU), criado em 1978 em São Paulo e depois com sedes no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Em linhas gerais, os principais objetivos foram:

[...] o combate ao racismo onde se faça presente; a luta constante contra a discriminação e o preconceito racial e toda forma de opressão existente na sociedade brasileira; bem como a mobilização e organização da comunidade negra na luta de emancipação política, econômica, social e cultural. (Souza, 2005)

O jornal do *NÊGO: Boletim Informativo do MNU – Ba* nasce três anos mais tarde, em 1981. Com a proposta de “discutir aspectos da vivência, luta histórica dos negros em Salvador e no interior do estado”, além de conscientizar a população negra que “participem da luta contra o racismo, o preconceito racial e todas as formas de discriminação”( SOUZA, 2005, p. 202).

Não tenho dúvidas quanto à pertinência de analisar as páginas e a trajetória do hoje chamado Jornal do Movimento Negro Unificado, porém, o espaço não me permite tal explanação. E, por esse motivo, o livro da Florentina da Silva Souza – se o leitor estiver atento notará que já dispus logo no início deste bloco – que, inclusive, auxiliou-me nesse trabalho, serve como uma bússola para nortear a quem interessar possa. Consoante autora

(...) é digna de nota a participação ativa do Grupo de Mulheres do MNU nos números do boletim publicados na Bahia. Nos onze primeiros números, são publicadas sete matérias assinadas pelo grupo, discutindo ou relatando uma série de questões de interesse da mulher negra, tais como aborto, anticoncepção,





esterilização, trabalho, além das orientações sobre direitos da mulher e cidadania. (Souza, 2005, p. 204)

Data daí a opinião particular que tenho sobre a importância da atuação do Movimento Negro. É preciso pensar que a palavra *negro*, no século XIX e conseqüentemente no século posterior, carrega um simbolismo estigmatizado e de tom pejorativo. Era utilizado para se dirigir aos escravos e libertos. O que o movimento negro vem solidificar o positivismo de ter orgulho em ser negro. Martha Abreu e Hebe de Mattos permite-nos pensar que “assumir-se negro(a) passou a significar a incorporação, com orgulho, da herança cultural de milhões de africanos aqui chegados como escravos ao longo de mais de três séculos.” (Abreu e Mattos, 2008, p. 10.)

Os periódicos nos mostram uma via possível para entendermos o conjunto de práticas e representações que tecia uma sociedade de discurso. Com efeito Luciano Moreira traça um ponto ultra relevante

(...) ao adotar o método exposto por John Pocock, Elizabeth Seabra procurou perceber como o discurso oral pode ter interagido com o discurso impresso. A interação entre a escrita e a fala é o mote de sua dissertação, constatando o uso de estratégias de oralidade adotadas pelos folhetos e periódicos políticos. Enfim, a oralidade manifestava-se na escrita. Certamente, destinava-se à leitura em voz alta e coletiva que comunicava o conteúdo e adquiria a adesão dos ouvintes por meio de entonações, posturas e gestos específicos. (2006, p. 125)

Isto posto, a imprensa negra surge através de uma necessidade da população negra por não se verem representados nos grandes jornais, surge, pois, a necessidade de se criar um mecanismo de comunicação que fosse próprio e legitimadora de suas vozes. E que tivessem o acesso da população negra.

Nessa perspectiva, os periódicos em foco inserem-se em uma tradição textual que tem precursores em Luís Gama e Maria Firmina dos Reis, José do Patrocínio, Lino Guedes, Solano Trindade e passa por uma série de jornais e revistas, como *O Menelick* (1915), *O Alfinete* (1918), *Getulino* (1919), *O Clarim da Alvorada* (1924), *Quilombo* (1929), *A Voz da Raça* (1933), *Alvorada* (1945), *Senzala* (1946), *A voz da Negritude* (1953), *Correio do Ébano* (1977), os quais buscam a constituição de uma discurso que reivindica para si uma especificidade retórica definida como negra ou afro-brasileira. (Souza, 2005)

O trabalho sistemático de Lilia Schwarcz determina que o primeiro periódico cunhado pelas mãos negras foi *A Redenção*, criado em 1887. Em contra partida, Oswaldo de Camargo, debruçado sobre seus estudos, elege *O Homem de Cor*, de 1833,



do Rio de Janeiro, como o primeiro jornal escrito e organizado por homens pardos alforriados.

Buscamos, de forma sucinta, analisar a trajetória do africano escravizado e sua condição no pós-abolição. E vimos, outrossim, que nossa história de luta e resistência foi invisibilizada e esquecida, tanto pelo estado quanto pela elite branca brasileira. Soa um tanto quando racista que a história do negro e do indígena não eram de forma alguma estudados na escola como atores protagonistas na construção do Estado Nacional.

Inevitável, neste ponto, não lembrar que o advento da lei federal 10.639 não foi um trabalho dos deputados, dos senadores e do governo. A criação da lei foi fruto de muita pressão dos movimentos sociais e sobretudo do Movimento Negro. Foi um dos motivos que nomeamos esse subtítulo como “os passos vem de longe”, com o intuito de legitimar uma história que foi negada e que só foi ouvida em 2003, no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

### A LEI 10.639

Antes de mais, pois, Marta Abreu

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial.<sup>8</sup>

Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza a organização da educação brasileira. Os parâmetros curriculares nacionais (PCNs), aprovados pelo Ministério da Educação (MEC), no mesmo ano, introduziram conteúdos de história africana na rede pública e na rede privada de ensino, porém sem caráter obrigatório.

---

<sup>8</sup>Abreu e Mattos, 2008, p. 2.



É irrefutável não considerar que os PCNs precederam e prepararam as Diretrizes, o que culminou na Lei Federal 10.639<sup>9</sup>. Haja vista o denso debate e discussão acerca do tema transversal da “pluralidade cultural” nos PCNs, devemos ponderar alguns tópicos importantes. Essa transversalidade é considerada pelo movimento negro uma reformulação daquilo que o MNU vem criticando desde 1933: o mito da democracia racial. Há de se pensar que essa pluralidade cultural, tanto vibrada e comemorada em 1996, de nada adiantou para a implementação da cultura africana e afro-brasileira. E quando pensamos em cultura afro caímos na velha máxima de Stuart Hall. Ora, que negro é esse na cultura popular negra? Estamos falando de qual etnia de África? Os profissionais estão tratando de maneira uniforme a vasta gama do referido continente? Isto posto, é preciso pensar nas nuances e na diversidade cultural que a cultura afro carrega. De acordo com Abreu e Mattos (2008)

De fato, essa concepção de uma cultura uniforme é uma construção fortemente enraizada na produção de material didático o Brasil e faz parte de uma das representações mais comuns da chamada identidade brasileira. Uma identidade que se construiu a partir de percepções convergentes, eruditas e populares, da efetividade de uma cultura brasileira. Ou seja, a uma cultura brasileira mestiça corresponderia uma identidade brasileira igualmente mestiça, sem conflitos, hierarquias e diferenças.

A alteração no PCNs que culminou na 10.639 é uma expressão de um histórico de luta, reivindicações e de demandas. E que tem protagonistas políticos que sistematizaram a produção do saber e experiências e pressionaram o Estado brasileiro a uma postura. Em resposta surge a lei. Que corresponde, grosso modo, uma vontade de democratização e reparação de desigualdades históricas na sociedade brasileira. Ou seja, foi um marco fundamental na história das lutas contra o racismo e pela democratização do ensino.

Embora esse ponto tenha sido disputado, vale a pena ler a lei 10.639:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

---

<sup>9</sup>A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso implica a necessidade de abordar a temática em questão no ensino de todas as disciplinas do currículo da educação básica, que inclui o ensino fundamental e médio.



§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Brasil, 2009)

Vimos que o objetivo principal da referida lei tem a finalidade de resgatar a contribuição desses povos nas áreas: social, econômica e política para a construção da nação brasileira. Parte disso, não é apenas uma questão escolar, mas uma questão de formação de cidadão, visando a luta contra o racismo e a positivação do negro.

O Ministério da Educação ampliou e criou medidas para aqueles professores já formados para que cumprissem a lei.

Em fevereiro de 2004, o Ministério da Educação, na perspectiva de estabelecer uma arquitetura institucional capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade educacional do país, criou a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Essa secretaria surge com o desafio de desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional, em articulação com os sistemas de ensino, considerando as especificidades das desigualdades brasileiras e assegurando o respeito e valorização dos múltiplos contornos, evidenciados pela diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional do território nacional. Envolve ainda políticas de alfabetização e educação de jovens e adultos, de juventude, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação especial, educação do campo, educação escola. (Brasil, 2013)

Embora a SECADI propicie ao educador uma educação continuada e sua especialização nos temas de relações étnico-raciais encontramos muita recusa e negaceio por parte desses profissionais por ainda acreditarem no mito da democracia racial e que o racismo não existe, isto é, a grande maioria desses docentes acreditam que o problema da escravidão foi sanado em 1888.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva conta-nos que muito foi feito desde que a lei fora aprovada, porém há de se pensar que ainda encontramos muitas dificuldades, como por exemplo: 1) recursos e verbas para que a escola desenvolva projetos de temáticas étnico-racial; 2) como é o trabalho da cultura escolar; 3) pensar na organização do espaço escolar, as condições de infraestrutura e a relação dessa escola



com a comunidade do seu entorno; 4) e o quarto motivo que eu devia talvez ter mencionado primeiro, que é o enorme problema na formação de professores.

Pensando nesse último tópico, se faz necessário que seja feito um levantamento de todas as Universidades, seja pública ou privada, que ofereçam, ou incluam, em seus currículos a disciplina da História da África nos cursos de licenciatura. Embora a lei não diz respeito a obrigatoriedade no ensino superior, há de se pensar que é nesse ensino que saem os docentes. Ora, como é possível um curso de licenciatura não dispor da obrigatoriedade dessa disciplina? É preciso cortar o mau pela raiz, ou melhor, é preciso colocar adubo e regar uma planta para que ela nasça forte e frutífera, é papel do Estado, é papel das universidades. A Universidade Federal de Ouro Preto, por exemplo, não tem tal disciplina como obrigatória, apenas como eletiva.

Entre inúmeras recusas de Departamentos e Colegiados universitários em aprovar uma disciplina como obrigatória no currículo, Cleuza Repulho<sup>10</sup>, disse que "as universidades são tão ou mais difíceis de mudar do que a elite brasileira."

Encerro esse tópico com a seguinte indagação: Quem vai avaliar a implementação da lei? Cito, pois, a fala de Petronilha, "é um dever que não cabe apenas aos pesquisadores. Cabe, outrossim, a toda a sociedade, a comunidade negra, o movimento negro, aos pais dos alunos. É um dever que cabe a todos."<sup>11</sup>

### AFRICANIDADES NO ÂMBITO ESCOLAR

O PIBID é um programa de estímulo à docência que visa inserir alunos de licenciatura nas escolas públicas de todo o território brasileiro. O SUBPROJETO PIBID LETRAS INTERDISCIPLINAR História, Cultura e Literatura Africana e Afro-brasileira, PIBID-AFRO-UFOP<sup>12</sup>, tem a intenção de ampliar a formação de futuros professores da rede municipal e estadual de ensino sobre a égide da Lei 10.639/03, além disso, garantir a inclusão da História, Literatura e Cultura Africana e Afro-brasileira. Ademais, o programa contribuiu e contribui para implementar o currículo dos alunos e dos professores. Desde de 2012, ano de sua fundação, até 2017, foi coordenado pela

<sup>10</sup> Em uma entrevista para a [brasilianas.org](http://brasilianas.org), em Maio de 2014.

<sup>11</sup> Coletado da Mesa-redonda "Dez anos da Lei 10.639/03: balanços e perspectivas". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8WbLZOPcXUs>

<sup>12</sup> Digno de nota pois é um Programa que está em frequente atividade até a presente data. Conta com a supervisão de professoras de cada escola contemplada, além de alunos da UFOP das mais diversas áreas como: Artes, História, Letras, Música e Pedagogia.

professora do Departamento de Letras da UFOP, Dr<sup>a</sup>. Kassandra Muniz. Atualmente é coordenado pelo Dr. Marcelo Donizete da Silva, professor adjunto do Departamento de Educação do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da mesma instituição.

A proposta principal do PIBID-AFRO é trabalhar sequências didáticas – elaborada pelos próprios bolsistas –, minicursos para professores, festividades como: a desconstrução do 13 de Maio; a celebração do 25 de maio: Dia da África; O Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, comemorado no dia 25 de Julho; e a exaltação do dia 20 de novembro como símbolo de resistência negra. Além disso, o programa traz a Feira Cultural, uma atividade que mobiliza toda a escola e a comunidade em seu entorno, bem como a produção de mural ao longo do ano letivo.

Ao longo desses anos, o PIBID-AFRO vem elaborando inúmeros projetos para ser implementado nas escolas públicas de Mariana e Ouro Preto<sup>13</sup>. Neste sentido, irei debruçar sobre o projeto *Infância Afro-brasileira e Diversidade: uma mediação entre literatura e cinema*<sup>14</sup>, executado no ano de 2014 na Escola Estadual Professora Santa Godoy<sup>15</sup>. Vale ressaltar que construímos esse projeto para ser desenvolvido com os alunos do PROETI I (Programa de Educação em Tempo Integral) da professora Priscila Sampaio, matriculados no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, com faixa etária de 5 a 8 anos.

O principal objetivo do nosso projeto foi contribuir para a construção identitária dos alunos a partir do universo cultural afro-brasileiro. Além disso, possibilitar aos alunos o conhecimento sobre a cultura afro-brasileira a partir do cinema e da literatura infantil com temática negra; contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos sobre a cultura negra; por fim, promover a conscientização das relações étnico-raciais entre os alunos.

---

<sup>13</sup>Vale ressaltar que as escolas escolhidas estão circunscritas nas regiões adjacentes dos centros das referidas cidades. O propósito é contemplar as escolas periféricas com o intuito de elevar a valorização da cultura negra, ao passo que os alunos são majoritariamente negros, e discursos antirracistas.

<sup>14</sup> Tal projeto fora desenvolvido pelos bolsistas do programa: Carlos Henrique de Brito Furquim, Lilian Cristina M. Souza, Maria Helena Rodrigues, Marília de Oliveira Costa, Rafael Domingos Rocha e Thaís Azevedo.

<sup>15</sup>A instituição foi fundada em 31 de julho de 1990. Localiza-se na Rua Wenceslau Braz, nº247, no bairro Rosário da cidade de Mariana e oferece o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), integrando o PROETI I, que funciona no período da manhã, das 07:00 às 11:20, e no período da tarde, das 12:30 às 16:50.



A literatura infantil pode influenciar no processo de formação e reconhecimentoda criança. Nesse sentido, podemos considerá-la como arte. Dionízio (2010: 11) ressalta que:

A literatura, enquanto arte é um dos caminhos que pode ser percorrido pelo homem na busca de prazer nessas relações. Como sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pode revelar os desejos mais profundos do indivíduo, que por sua vez, se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. Portanto, num movimento também de busca incessante, a literatura-arte, pode abrir múltiplos espaços para novas possibilidades do conhecer. E não se pode tirar da literatura infantil esse papel tão importante na formação do pensamento, pela qual cada adulto já passou ou estará repassando em algum momento da sua vida.

Não é novidade que a literatura infantil é de vital importância no processo de aprendizagem, além de ser um mecanismo muito relevante para abordar o tema da construção de identidade negra. De acordo com Silva (2010) “o ato de ler e ouvir histórias possibilita à criança expandir seu campo de conhecimento, tanto na língua escrita, quanto na oralidade”.

Como é sabido, a literatura infantil carrega consigo tradições europeias. De acordo com Jovino (2006), os personagens negros começam a aparecer na literatura infantil brasileira somente na primeira metade do século vinte, porém, o negro era representado sem nenhuma positividade. Cabe ressaltar a forma depreciativa, estereotipada e preconceituosa que Monteiro Lobato conduziu seus 23 volumes de fantasia.

Em um diálogo de seu livro, *Reinações de Narizinho*, é possível constatar o estigma estético, quando Lobato fazia referência ao beijo de Tia Nastácia, animalizando-a [...] A personagem Tia Nastácia é bastante hostilizada, às vezes, pode até ser tratada como membro da família, no entanto, a cozinha é seu habitat natural, e é chamada de negra de estimação, o que reforça a sua inferioridade e a teoria de que negros só ocupam os papéis de serviçais, malandros, dignos de piedade. (Silva 2010: 29)

A despeito das diversidades de tempo, ainda hoje a história do negro vem sendo contada de maneira estigmatizada. Os livros didáticos, por exemplo, apresentam homens e mulheres negras com características de: preguiça, violência, malandragem, estupidez, superstição, feitiçaria, lascividade ou feiura. A fim de romper com essa literatura trivial nas escolas, nosso projeto se contrapõe a esse padrão europeu



encontrado nos brinquedos, nos personagens de livros e nas histórias infantis, buscamos livros que valoriza a cultura e religião africana e afro-brasileira.

Nas aulas sobre religiosidade afro-brasileira, buscamos desconstruir o olhar mitológico que está impregnado no senso comum, explicando a existência do sagrado. Marina Luiza, destaca a importância de resgatar e valorizar as tradições religiosas e a oralidade africana, com o intuito de cessar o preconceito com que essas temáticas vem sendo abordas em sala de aula por professores. Argumenta que:

A formação do universo pelos orixás e o candomblé em si, parecem ser esquecidos pelos professores, que muitas vezes não vêem com bons olhos as religiões africanas. O resultado dessa intolerância reflete na educação de seus alunos que, por desconhecimento, discriminam a religião e seus seguidores. O problema se torna ainda mais grave se pensarmos que a maioria das escolas brasileiras, quando ligadas a alguma religião, restringem-se ao catolicismo e protestantismo [...] A criança afrodescendente brasileira só poderá “acender a fogueira” a partir do momento em que se enxergar como parte formadora da sociedade, não como vítima, mas como colaboradora. Tão importante como denunciar a discriminação é apresentar ao universo infantil motivos para se interessarem e valorizarem as culturas africanas (Horta 2010: 6).

Por fim, a literatura infantil negra possui um papel importante na luta contra o preconceito e o racismo. Livros que retomam traços e símbolos da cultura afro-brasileira, serão favoráveis para a construção positiva da identidade do leitor negro e o respeito e conscientização dos outros leitores sobre essa cultura que, assim como a indígena, contribui diretamente para a construção das diversas identidades da cultura brasileira. Para Jerusa é preciso pensar

[...] uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa com esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e o negro como protagonista são exemplos favoráveis à construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua história, de sua cultura. [...] Investir na construção de uma identidade significa abrir caminho para a revolução no jeito de pensar da sociedade contemporânea, pois os educandos de hoje serão a sociedade de amanhã. A literatura, nesse ínterim, pode ser um espaço de problematização do movimento ocorrido em nossa sociedade. (Silva, 2010, p. 35)





Fundado em 2004, o projeto A Cor da Cultura<sup>16</sup> possui um grande acervo de plano de aula e material audiovisual sobre a cultura africana e afro-brasileira para professores e para quem tenham interesse em trabalhar com a temática. O cinema possibilitou que os alunos reconheçam-se positivamente, através da identificação com as personagens. Há muito tempo que a Educação utiliza a arte audiovisual como ferramenta didático-pedagógica no processo de aprendizagem do aluno. Contemporaneamente, as crianças possuem uma relação mais próxima com a tecnologia e pensamos que, a partir dos recursos audiovisuais presentes em elementos tecnológicos, tais como computador, celular, internet, entre outros, poderemos trabalhar o cinema, na perspectiva de recurso audiovisual, em suas amplitudes.

A primeira atividade desenvolvida pelos bolsistas do projeto foi um esquete<sup>17</sup>debruçado sobre o livro de literatura infantil: Minha Mãe é Negra sim!<sup>18</sup>, de Patrícia Santana. Essa peça foi exibida para todas as turmas da escola – tendo na plateia os alunos, os profissionais da limpeza e da cozinha, professores, a diretora e técnicos da secretária – no turno matutino e vespertino.

**Figura 1. Ao centro o bolsista Rafael interpreta a personagem principal da história, o menino Eno**



Fonte: Mariana, 2014

<sup>16</sup> É um projeto de valorização do patrimônio cultural afro brasileiro e de reconhecimento da história e da contribuição da população negra à sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>

<sup>17</sup> É um termo utilizado para se referir a pequenas peças ou cenas dramáticas.

<sup>18</sup> A história de Eno. Um garoto negro que questiona sua professora de artes, quando esta determina que ele deverá pintar o desenho de sua mãe na cor amarela. Inconformado, Eno, vai buscar explicações nas sábias palavras do avô.

As sequências didáticas foram desenvolvidas visando a necessidade de reformular conteúdos e problematizar assuntos que envolvem as relações étnico-raciais que é de extrema importância para a promoção da igualdade racial. Pensando nisso, foi elaborado um conjunto de 12 aulas, que foram ministradas pelos bolsistas no horário cedido pela professora Priscila.

Aula I
Tema: Continente Africano – A
Tempo de duração: 80 minutos
Horário: 14:20 – 15:40
Aula II
Tema: Ancestralidade – A
Tempo de duração: 80 minutos
Horário: 12:20 – 13:40
Aula III
Tema: Ancestralidade – B
Tempo de duração: 80 minutos
Horário: 14:20 – 15:40
Aula IV
Tema: Estética Africana e Afro-brasileira – A
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 12:20 – 13:10
Aula V
Tema: Contos, mitos e lendas e religiosidade africana – A
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 14:20 – 15:10
Aula VI
Tema: Contos, mitos e lendas e religiosidade africana – B
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 12:20 – 13:10
Aula VII
Tema: Dança e Música Africana e Afro-brasileira
Tempo de duração: 1 h e 40 min
Horário: 14:20 – 16:00
Aula VIII
Tema: Estética Africana e Afro-brasileira – B
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 12:20 – 13:10
Aula IX
Tema: Jogos e Brincadeiras Africanas e Afro-brasileiras – A
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 14:20 – 15:10
Aula X
Tema: Jogos e Brincadeiras Africanas e Afro-brasileiras – B
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 12:20 – 13:10
Aula XI
Tema: Contos, mitos, lendas e religiosidade africana – C

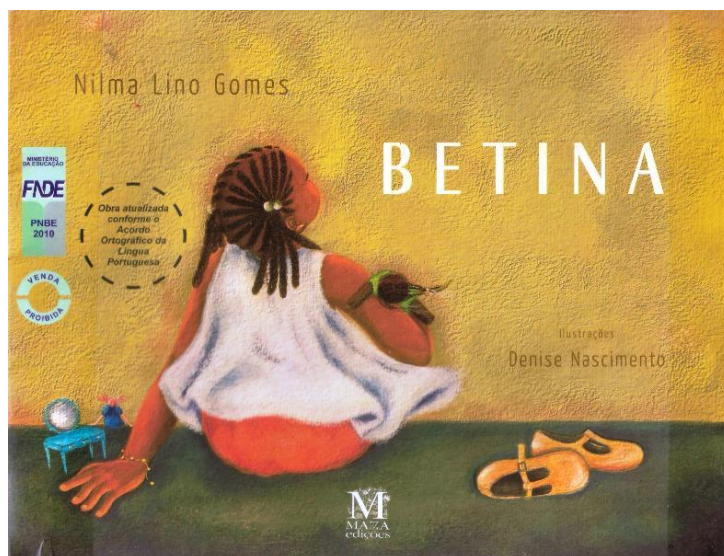


Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 14:20 – 15:10
Aula XII
Tema: Continente Africano – B
Tempo de duração: 50 minutos
Horário: 14:20 – 15:10

Na aula I, iniciamos uma conversa com os alunos sobre o que eles conhecem sobre a África. Para isso, foi exposto no quadro um mapa com os traços do continente para que eles pudessem colar, através de tiras de papel, as palavras sobre as noções que eles possuíam. Essa mesma atividade foi repetida no final da sequência, na aula XII, com o objetivo das crianças apresentarem os seus conhecimentos adquiridos.

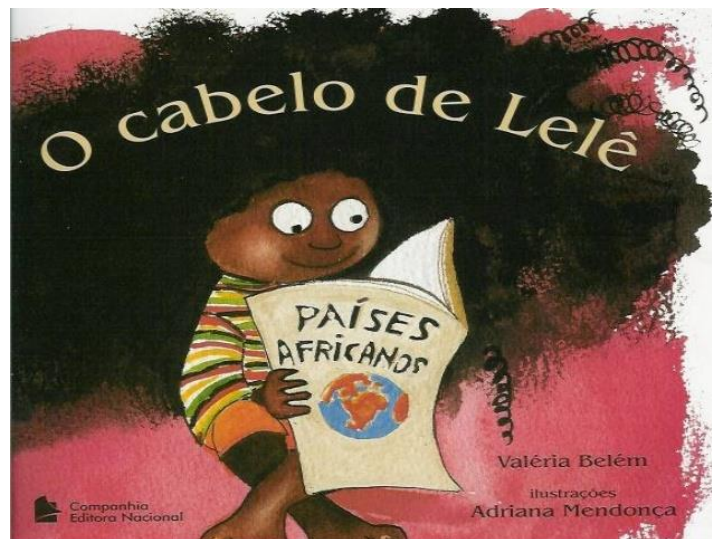
A importância da ancestralidade foi tema central das aulas II e III. Para tal, foi feito a contação de história do livro *Betina*, de Nilma Lino Gomes, e a partir de então, tratou-se sobre a ancestralidade africana, sugerindo que os alunos partilhem sobre a sua história, a história dos seus avós, bisavós, chegando aos dias atuais, pois, como a grande maioria dos alunos são negros, pensa-se em propiciar que os mesmos tomem consciência de uma origem ancestral que é anterior ao tempo da escravidão. Isto posto, cito Souza, (2005:84) “de modo similar aos *Griots* africanos, [que] assumem o papel de guardiões da memória”. Além disso, os alunos aprenderam sobre a origem do cuscuz de tapioca e aprenderam a fazer a receita, pois buscou-se compreender a ancestralidade a partir da culinária afro-brasileira.

**Figura 2. Capa do livro *Betina***

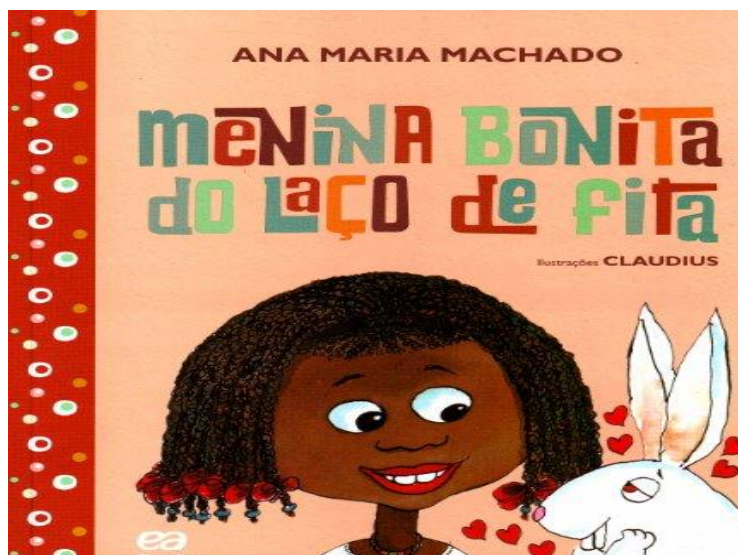


O livro *O cabelo de Lelê*, de Valéria Belém, assim como o livro de Ana Maria Machado, *Menina Bonita do Laço de Fita*, retrata a beleza negra e a desconstrução dos estereótipos sobre o cabelo crespo. A partir de então, as aulas IV e VIII articularam-se sobre a construção positiva da estética e do corpo negro. As aulas, em sua maioria, trabalhou a Literatura através da oralidade, pois esta é uma característica das narrativas afro-brasileiras.

**Figura 4. Capa do livro O cabelo de Lelê**

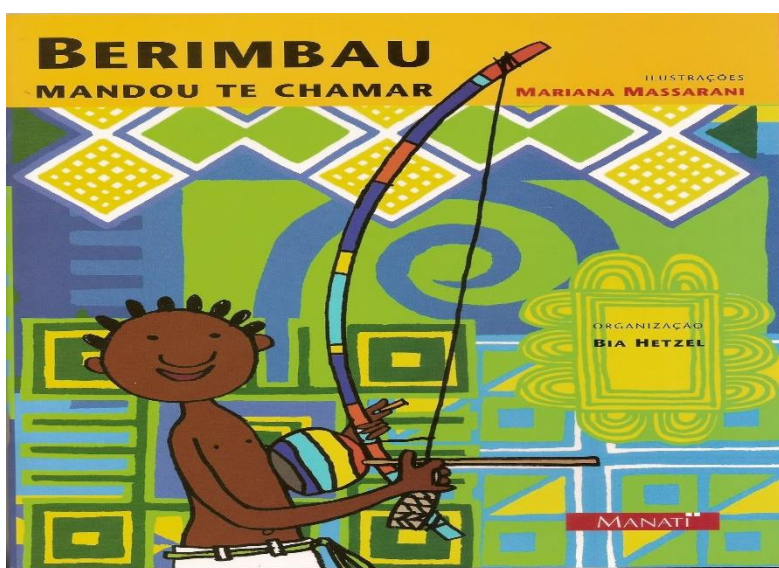


**Figura 4. Capa do livro Menina bonita do laço de fita**



Sobre a consciência corporal, houve a aula VII sobre o corpo e memória, no qual foi desenvolvidas atividades a partir da exibição do curta *A menina e o Tambor*<sup>19</sup>, de Sonia Junqueira, levando as crianças a reconhecerem o toque do tambor de acordo com as batidas do coração. Nas aulas IX e X, sobre a capoeira, foi feita a leitura do livro infantil *Berimbau mandou te chamar*, organizado por Bia Hetzel. Logo em seguida os bolsistas abriram um diálogo para contextualizar sua origem bem como a sua inserção no contexto brasileiro e a proposta final é de que as crianças vivenciem a capoeira, possibilitando um trabalho com o corpo.

**Figura 5. Capa do livro Berimbau mandou te chamar**



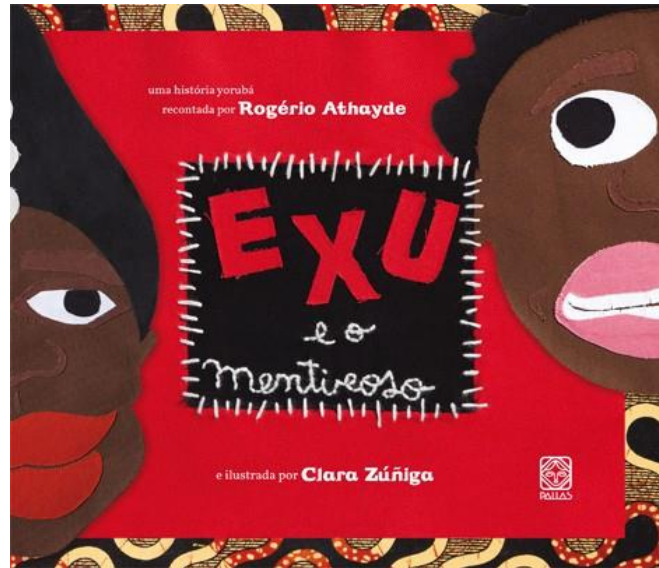
Nas aulas V e VI foi exposto o conto do *Ifa, o Advinho*<sup>20</sup> pois acreditamos que abordar os mitos dos orixás é essencial para valorizar a cultura negra e preservar a autoestima dos alunos afrodescendentes. Na aula XI fizemos a contação de história do livro, *Exu e o mentiroso*, recontado por Rogério Athayde, sendo de extrema importância para esboçar as práticas religiosas de matrizes africanas, estas, vistas pela maioria da nossa sociedade, como malignas, resultando em um distanciamento por parte das pessoas que as desconhecem.

<sup>19</sup> Disponível em: <https://vimeo.com/15043708>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1j6K2czolsc>



**Figura 6. Capa do livro Exu e o mentiroso**



Podemos ver a importância do PIBID-AFRONo âmbito escolar e na formação dos bolsistas que um dia serão professores. Embora haja a lei federal 10. 639 muitas escolas ainda não cumprem seu funcionamento. Portanto, o PIBID-AFRO possibilita que a temática africana seja trabalhada durante todo o ano letivo, não apenas no 13 de Maio e no 20 de Novembro, como é comum.

## CONCLUSÃO

Haja vista que a história da população negra no Brasil foi negada, mesmo tendo sido marcada por inúmeras revoltas, insurreições, fugas e quilombos e etc, e enfrentando um caminho tortuoso de negação, a lei é um grande salto e marco para desconstruir o mito da democracia racial e a luta contra o racismo, sobretudo dentro do ambiente escolar. E mesmo com a aprovação da referida lei encontramos falha que há de ser superada com o tempo.

Enfrentamos um enorme problema no que tange a ilustração e lugares de personagens negros nos livros didáticos – sempre estigmatizados, marginalizados e ocupando lugares subalternos. Não obstante, o mesmo ocorre, ao longo desses anos, com a cultura afro-brasileira que é considerada, por boa parte da elite branca, como mitológica e folclórica. Nessa nossa busca sistemática para valorizar nossa herança



cultural, os movimentos e coletivos negros, os pesquisadores, alunos e pessoas somam na luta antirracista.

Não há nenhuma dificuldade em se pensar o negro como agente protagonista no futebol, no samba e na culinária. Porém, há uma recusa enorme em pensa-lo como construtor do saber. Lembro-me da fala de Conceição Evaristo em um programa de entrevista. Esta, acaba por vez citando uma outra grande referência negra: Jurema Batista. A frase é a seguinte: “é como se o negro tivesse só uma cidadania lúdica. Quando ele vai para a área do pensamento, da produção do saber, da intelectualidade, há uma tendência ou de embranquece-lo, como foi feito com Machado de Assis, ou passa por dificuldades, como Cruz e Souza”.

É preciso pensar na literatura negra como um marco na produção literária em que o sujeito da escrita, e o próprio objeto da escrita, cria textos literários a partir de uma subjetividade negra. Encerro esse artigo com a fala de Nilma Lino Gomes, é preciso “repensar a perspectiva antirracista é papel da democracia. E, se é papel da democracia é papel da universidade, e, se é papel da universidade é também papel da sociedade. É papel de todos nós.”

### REFERÊNCIAS

ABREU, Martha & MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

BRASIL, *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: SECAD/ME, 2004

*Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

CAMARGO, Oswaldo de. *O negro escrito*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1987.

HALL, Stuart. Whatisthis “black” in black popular culture? In: MORLEY, David; CHEN, Huan-Hsing (Eds.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. London: Routledge, 1996.



DIONÍSIO, Eliane Rabello Correa. *Desconstrução do preconceito: Menina bonita do laço de fita*; de Ana Maria Machado. 2010. 146 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ensino superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

HORTA, Marina Luiza. Colorindo a história: a literatura infantil afro-brasileira de Heloisa Pires de Lima. *Portal Literafro* – Revista da Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte 2010.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In. SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). *Literatura Afro-Brasileira*. Centro de Estudos Afro- Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006

MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e política: espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*. Belo Horizonte: UFMG, 2016 (Dissertação, Mestrado em História).

MOURA. Clóvis. *História do Negro Brasileiro*. 1989.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias. O negro revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

REIS, João; GOMES Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SILVA, Jerusa Paulino da. *A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva*. 2010. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. 1 ed., 1reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SCHAWCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

*Recebido em outubro de 2017  
Aprovado em novembro de 2017*